

## TRILHANDO CAMINHOS PARA O EDUCADOR AMBIENTAL: REFLEXÕES SOBRE A PRÁXIS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA RESERVA ECOLÓGICA DE GUAPIAÇU (REGUA)

Maiara Pereira Barreto <sup>1</sup>  
Rosane Moreira Silva de Meirelles <sup>2</sup>

### RESUMO

A Reserva Ecológica de Guapiaçu (REGUA) é uma Organização Não-Governamental (ONG) com a missão da conservação da alta bacia do Rio Guapiaçu. A REGUA inclui a Educação Ambiental desde 1999 como uma estratégia de conservação, oferecendo programa de sensibilização para os moradores locais mostrando a importância deste grande remanescente florestal. Estudos mostram que as práticas de Educação Ambiental estão diretamente ligadas à prática pedagógica de quem as realiza. Para uma prática crítica, os educadores ambientais possuem o grande desafio de construir atividades com base em uma relação dialógica. Com base nisso, esta pesquisa apresenta os principais desafios enfrentados pelo educador ambiental da REGUA e suas perspectivas em tais atividades. Os resultados apontam que os educadores exercem um trabalho amplo que ultrapassa o caráter ecológico, mas que possuem muito a construir, a fim de superar as dificuldades enfrentadas.

**Palavras-chave:** Educador ambiental, Espaço não-formal, prática pedagógica, REGUA.

### INTRODUÇÃO

A Reserva Ecológica de Guapiaçu (REGUA) surgiu em função da organização de alguns proprietários rurais, preocupados com os remanescentes florestais da Alta Bacia do rio Guapiaçu onde se encontra o maior rio em termos de volume que deságua na Baía de Guanabara: o rio Macacu (LOCKE, 2016).

A Reserva está localizada no município de Cachoeiras de Macacu, no Rio de Janeiro, e faz parte dos 2/3 do Parque Estadual dos Três Picos (PETP), considerada a maior Unidade de Conservação de proteção integral administrada pelo Estado, ao mesmo tempo em que as partes da REGUA que não se encontram dentro do PETP vêm sendo transformadas em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) (LOCKE, 2016).

Apesar de não ser reconhecida como uma Unidade de Conservação (UC), por conta da sua formação como ONG, a REGUA desempenha um papel muito relevante na proteção de áreas – presentes no PETP ou em forma de RPPN – que, juntamente com UCs do entorno,

---

<sup>1</sup> Pós-Graduanda do Programa *stricto sensu* em Ensino em Biociências e Saúde/ Fundação Oswaldo Cruz – RJ, mai.silvah@hotmail.com;

<sup>2</sup> Fundação Oswaldo Cruz/ Programa *Stricto sensu* em Ensino em Biociências e Saúde. Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Departamento de Ensino de Ciências e Biologia (DECB-IBRAG-UERJ) - RJ, rosanemeirelles@gmail.com.

formam um importante corredor ecológico (LOCKE, 2016). Por essa razão, é possível pensar na relação que se estabelece entre este ambiente e seu entorno de forma muito parecida em como se pensa nas UCs. Tal relação é, comumente, fortalecida através de ações de Educação Ambiental (EA). A Lei nº 9795/1999, em seu Art 1º, da Política Nacional de Educação Ambiental define-a como:

*“Processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.”*

Esta definição traz a ideia de que a participação social em atividades de EA é essencial para o engajamento dos agentes sociais de um determinado território nas causas ambientais, uma ação necessária para que a discussão acerca do ambiente ocorra de forma democrática, gerando políticas públicas – em conjunto – para o território em que se inserem (LOUREIRO, 2008).

A prática da EA se consolidou com tão grande importância, que tornou-se muito comum encontrar espaços, formais e não-formais que dizem praticar EA, e não menos comum é que esta prática seja desenvolvida com foco nos problemas ambientais em âmbito ecológico, e acabam desconsiderando o contexto social – político e histórico – que perpassa pelos problemas ambientais enfrentados (LAYRARGUES E LIMA, 2014). Tal maneira de praticar EA pode justificar o fato de, apesar de intensos trabalhos envolvendo a EA fazendo-a conhecida e importante popularmente, ainda somos uma população com grandes índices de problemas ambientais e com números maiores até do que antes do surgimento da EA como estratégia de criação de políticas públicas para resolução de tais problemas (GUIMARÃES, 2016).

Com isso, percebe-se que a EA, apesar de, hoje, uma realidade possível e assegurada em espaços formais e não-formais de educação, ainda possui pela frente o desafio de ser construída com maior caráter crítico e apropriação de conhecimentos populares, para que desta forma, os problemas ambientais possam ser enfrentados a partir de uma prática efetiva (GUIMARÃES, 2016; REIGOTA, 2010; QUINTAS, 2005).

Tais práticas de EA, seja de uma forma conservadora, seja de uma forma mais crítica, são desenvolvidas por educadores ambientais, pessoas do meio social ou ligadas a empresas/órgãos que são responsáveis pela execução dos projetos. Logo, a forma como se

dará o trabalho em determinado local, está diretamente ligada à prática pedagógica da pessoa/grupo que assumem estas atividades (QUINTAS, 2005).

A atuação do educador ambiental se dá por meio das relações sociais, de forma a mediar a interação entre sujeitos e natureza, onde o produto dessa relação é a construção de conhecimentos, valores e atitudes que promovam um ambiente mais equilibrado ecológica e socialmente (TOZONI-REIS, 2002). Nesse sentido, para uma prática de EA crítica, a qual será base de discussão desse trabalho, os educadores ambientais possuem o grande desafio de dar voz aos agentes sociais com mais ônus e ao mesmo tempo mais excluídos. Entende-se que é somente a partir de uma relação dialógica, a construção de uma prática que enfrente de maneira justa e democrática os conflitos sociais e ambientais (LOUREIRO, 2008; LAYRARGUES, 2000).

Atualmente, a REGUA inclui a Educação Ambiental como uma estratégia de conservação, “oferecendo um programa de sensibilização para os moradores locais mostrando a importância deste grande remanescente florestal.” (REGUA, 2019). O programa de Educação Ambiental da REGUA existe desde 1999 e teve como sua primeira finalidade trabalhar os hábitos de caça predatória, até então, uma prática muito comum na comunidade (REGUA, 2019). Uma das medidas tomadas foi a contratação de, até então, caçadores e capacitação para que se tornassem guarda parques da própria REGUA (REGUA, 2019).

Com base nesses pressupostos, este artigo busca discutir os desafios nos quais enfrentam os educadores ambientais e suas perspectivas diante das atividades que exercem, com base nas experiências dos educadores ambientais da REGUA. Acredita-se que os educadores ambientais são peças fundamentais na aproximação entre a instituição que se dedica à preservação e a comunidade, já que entende-se que é a partir dessa relação, mediando de forma democrática os conflitos existentes, que a crise ambiental vivenciada, a princípio localmente, pode ser efetivamente debatida, gerando a construção de medidas conjuntas que sejam capazes de superá-la.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa possui natureza qualitativa e a metodologia do trabalho consistiu na realização de entrevistas semi-estruturadas com educadores ambientais da REGUA. Foi elaborado um roteiro de entrevista a partir de referenciais teóricos da corrente crítica da Educação Ambiental, que trata a educação como transformadora, emancipatória e dialógica, sendo o caminho mais democrático para o exercício da prática social (LOUREIRO, 2008;

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

LAYRARGUES, 2000; LAYRARGUES E LIMA, 2011; GUIMARÃES, 2016; REIGOTA, 2010; QUINTAS, 2005). O roteiro de entrevista abordou questões do projeto em si – o que é o projeto, objetivos, desafios enfrentados e perspectivas – e questões sobre a trajetória de vida – quais caminhos os educadores ambientais percorreram e suas motivações para que assumissem tal tarefa – um aspecto importante a ser considerado, já que trata-se de um método que focaliza no entrevistado para narrar sua própria trajetória, permitindo a obtenção de informações subjetivas acerca da sua experiência e perspectivas (SANTOS, 2008). Este modelo de coleta de dados foi escolhido por permitir que os entrevistados pudessem contribuir com histórias e informações para além do roteiro construído.

Tais questões foram elaboradas a fim de investigar a trajetória do educador ambiental da REGUA a partir da sua relação com os participantes das atividades nas quais eles desenvolvem, bem como a atuação destes participantes em tais atividades. Cada entrevistado respondeu às questões individualmente, sendo a primeira a coordenadora do projeto Guapiaçu Grande Vida (GGV) e, em seguida, o coordenador do Programa Jovens Guardas. Esta entrevista levantou questões capazes de gerar reflexões sobre o papel do educador ambiental, seus desafios e perspectivas vivenciadas diariamente, levando-nos a (re)pensar as práticas hoje estabelecidas e, na medida do necessário, redirecionar os caminhos que tem sido trilhados para tornar esta prática mais efetiva.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Este trabalho apresenta uma discussão acerca do papel do educador ambiental e sua prática, com base na trajetória e atividades realizadas pelos educadores ambientais da REGUA, bem como seus desafios e perspectivas. Estes dados fazem parte de uma pesquisa em andamento que tem como objetivo analisar a relação estabelecida entre a Reserva Ecológica de Guapiaçu e sua comunidade de entorno, a partir da percepção dos moradores e das atividades de Educação Ambiental realizadas na reserva.

A primeira entrevistada foi a coordenadora do projeto Guapiaçu Grande Vida (GGV), médica veterinária e bióloga que exerce a função desde julho de 2018. Segundo a educadora, ao relatar os objetivos do projeto, citou que trata-se de um projeto onde a equipe atua desenvolvendo atividades de reflorestamento e de educação ambiental – que inclui as visitas escolares e o programa piloto de monitoramento de água, realizado com um grupo de jovens do ensino médio, moradores do município de Cachoeiras de Macacu. Atualmente o

projeto é patrocinado pela Petrobrás a partir do programa “Petrobrás socioambiental”, o que viabiliza grande parte das atividades realizadas.

Os educadores ambientais do projeto GGV, no que se refere à visitação escolar, contam com uma trilha interpretativa, designada Trilha Grande Vida, para a realização de seu trabalho. A entrevistada aponta que a partir da atividade com a trilha, buscam gerar reflexões sobre o ambiente em que eles vivem, sendo esse um de seus objetivos: sensibilizar os indivíduos e fazê-los pensar sobre as questões ambientais, principalmente no que tange ao seu município de origem – trabalhando o sentimento de pertencimento. Um dos desafios apontados é a dificuldade de promover a participação do professor durante a visitação, podendo incluir no roteiro aspectos da sua aula. Em geral, o professor se coloca em posição nula diante da visitação, sob a justificativa de se tratar apenas de um “passeio” para seus alunos. Outro apontamento é a ausência da visão interdisciplinar dos professores, que acreditam tratar-se de uma atividade apenas para a disciplina de ciências naturais. Porém, mesmo com as dificuldades, a educadora aponta como resultado positivo ver os jovens envolvidos na visitação, em sua grande maioria através de perguntas. Ela entende que quando esse envolvimento acontece, é então que a visita foi capaz de sensibilizar, de alguma forma, os participantes. Quanto aos professores, o projeto tem buscado trabalhar a questão do uso da reserva como espaço de extensão do ensino escolar através de cursos de formação de professores, aberto a todas as disciplinas, promovendo uma troca de experiências interdisciplinar.

O segundo entrevistado foi o professor coordenador do Projeto Jovem Guarda, professor de química no município de Cachoeiras de Macacu. Neste projeto, atividades são direcionadas para alunos do Ensino Fundamental, moradores dos bairros do entorno da reserva (distritos de Guapiaçu e Matumbo). Os encontros acontecem uma vez por semana onde desenvolvem, ao longo de todo o ano letivo, atividades relacionadas à conservação, atuação social e valores. O trabalho também inclui acompanhamento escolar, de forma que o professor responsável pelo projeto inclui em suas atividades as dificuldades enfrentadas pelos alunos nas suas escolas.

O professor entrevistado aponta perspectivas e desafios um pouco diferentes do projeto GGV. Neste programa, cada mês corresponde a um trabalho em torno de uma temática e, apesar de possuir um caráter teórico-prático, o professor enxerga a teoria como uma contextualização da prática. Trata-se de uma conversa informal canalizada a partir dos conhecimentos prévios dos alunos, sendo a maior parte do planejamento, a execução de

atividades práticas com objetivos de agregar conhecimentos socioambientais – principalmente locais – e construção de valores.

Diferentemente do GGV, os jovens guardas não possuem nenhum tipo de patrocínio financeiro, a não ser a verba própria da reserva. Desta forma, uma das dificuldades sinalizadas pelo professor entrevistado se refere quanto à deficiência de recursos para a realização do trabalho, o que muitas vezes dificulta o processo, mas até o momento não o impossibilita.

Apesar disso, o professor pesquisado conta com orgulho a evolução que tem visto no projeto e em seus alunos, que apresentaram, de maneira geral, melhoria das notas escolares. Além disso, os alunos têm se engajado cada vez mais com sua comunidade, debatendo questões ambientais em eventos na reserva e zelando pelo território como, por exemplo, em atividades de limpeza de rios.

Com base nos resultados, podemos refletir sobre a prática dos educadores ambientais que projetam em comum a necessidade do apoio e engajamento comunitário para realização dos projetos. Seja por parte dos professores, que devem estar motivados à construção de atividades que deem continuidade e mais significado a uma visita escolar, entendendo que sua participação também em ambientes fora da escola, promovendo a interseção entre teoria e prática, auxilia os alunos na construção de novos conhecimentos e reflexões acerca do seu papel social (GARRIDO; ALVES; MEIRELLES, 2015). Seja por parte da comunidade como um todo, incentivando seus jovens e construindo junto com eles uma sociedade mais crítica em relação ao seu ambiente, entendendo que é a partir da coletividade que é possível alcançar um ambiente ecologicamente equilibrado com melhor qualidade de vida para todos (QUINTAS, 2005).

Apesar das atividades possuírem enfoque no caráter ecológico, observa-se, a partir da fala dos entrevistados, a discussão para além deste contexto, onde nota-se a inclusão de aspectos políticos e sociais ao analisar a problemática ambiental. A partir do entendimento da complexidade do campo, aumentamos a possibilidade de envolvimento dos atores sociais no mesmo, de acordo com seus interesses políticos, pedagógicos e éticos (LAYRARGUES E LIMA, 2014).

Pensar o trabalho do educador ambiental crítico inclui pensar em práticas que rompam com a maneira tradicional de se pensar no ambiente, de caráter estritamente informativo e que sugere a superação dos problemas ambientais somente através da transformação individual de comportamento (GUIMARÃES, 2007; LOUREIRO, 2007). Neste sentido, executar o trabalho a partir da formação conjunta entre questões socioambientais e construção de valores, gera práticas sociais transformadoras. No entanto,

uma Educação Ambiental bem-sucedida depende de fatores que vão além da prática dos educadores ambientais, como por exemplo, o engajamento comunitário que acontece quando a proposta da atividade passa de apenas informativo para uma leitura mais complexa acerca dos problemas ambientais recorrentes, acrescentando caráter político, social, econômico e cultural (QUINTAS, 2005).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desempenhado pelos educadores ambientais é fundamental para que haja uma mediação entre o diagnóstico da problemática ambiental e a realização de ações que sejam capazes de superá-la. Contudo, não é um trabalho fácil e muito menos capaz de gerar as transformações necessárias de uma hora para outra. É um trabalho que necessita de recursos didáticos e, portanto, também recursos financeiros. A prática dos educadores ambientais é essencial na aproximação entre a comunidade e a instituição ambiental, assim como na REGUA, porém necessita ser constantemente (re)pensada e avaliada para que possa ser bem-sucedida em todos os seus aspectos, no caso da REGUA, por exemplo, pensando em estratégias para maior participação dos docentes e ampliando o engajamento comunitário como uma forma de aumento da visibilidade do projeto, podendo auxiliar na captação de recursos (patrocínios, apoios, etc).

O caminho a ser trilhado pelos educadores ambientais é longo e são diversas as dificuldades a serem superadas. No entanto, o primeiro passo a ser dado é a construção de atividades a partir de uma visão crítica, entendendo a complexidade social da realidade em que vivem. Para tal, é fundamental a inserção de alguns aspectos, além do conservacionismo, como parte da existência dos problemas ambientais locais e, portanto, importantes para o enfrentamento dos mesmos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Publicação do Diário Oficial da União, de 28 de abril de 1999.

GARRIDO, L.S.; ALVES, M. P.; MEIRELLES, R.M.S. 2015. Alguns pressupostos sobre a Educação Ambiental Crítica e sua relação com práticas educativas. In: ALVES, M.P.; MEIRELLES, R. M.S.; PEREIRA, R.F.P. (Org.). **Educação Ambiental: possíveis olhares**. [livro eletrônico]. Volta Redonda: FOA, 2015. p. 139-149.

GUIMARÃES, M. Educação Ambiental: participação para além dos muros da escola. In: MELLO, S.S; TRAJBER, R. (Coord.). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em**

**educação ambiental na escola.** Brasília: Ministério da Educação: Ministério do Meio Ambiente: UNESCO, 2007. p. 85-93.

GUIMARÃES, M. **Por uma educação ambiental crítica na sociedade atual.** Revista Margens Interdisciplinar, [S.I.], v. 7, n 9, p. 11-22, 2016.

LAYRARGUES, P. P. Educação para gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de. **Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate.** São Paulo: Cortez, 2000. p. 87-155.

LAYRARGUES, P. P; LIMA, G. F. da C. **The Brazilian environmental education macro-political-pedagogical trends.** Ambiente & Sociedade, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014.

LOCKE, M. **Gestão Ambiental da Reserva Ecológica de Guapiaçu: 2005 à 2015.** 63f. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. In: **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola.** In: MELLO, S. S; TRAJBER, R. (Coord.). Brasília: Ministério da Educação: Ministério do Meio Ambiente: UNESCO, 2007. p. 65-71.

LOUREIRO, F. **Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática.** Ambiente e Sociedade. Campinas, v. 11, n. 2, p. 237-253, 2008.

QUINTAS, J. S. Por uma educação ambiental emancipatória: considerações sobre a formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental. In: QUINTAS, J.S. (org). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente.** Brasília: IBAMA, 2005.

REGUA. **Ameaças para a mata atlântica: caça.** Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://regua.org.br/conservacao/ameacas/>. Acesso em: 19 de agosto de 2019.

REGUA. **Educação Ambiental.** Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://regua.org.br/conservacao/educacao/>. Acesso em: 19 de agosto de 2019.

REIGOTA, M. **A contribuição política e pedagógica dos que vêm das margens.** TEIAS. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 2010.

SANTOS, I. M. M; SANTOS, R. da S. **A etapa de análise no método História de Vida – Uma experiência de pesquisadores de enfermagem.** Texto & Contexto Enferm, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 714-719, 2008.

TOZONI-REIS, M. F. de C. **Formação dos educadores ambientais e paradigmas em transição.** Ciência e Educação, Bauru, v. 8, n. 1, p. 83-96, 2002.